



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007530-84.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
 Requerente: **ELZA DIAS**
 Requerido: **MAGAZINE LUIZ S.A. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido da primeira ré um televisor fabricado pela segunda, o qual ainda dentro do prazo de garantia apresentou problema de funcionamento.

Alegou ainda que em contato com a primeira ré ela encaminhou o produto à assistência técnica, mas quando o recebeu de volta percebeu que o problema persistia, de sorte que almeja à sua substituição por outro.

As preliminares suscitadas pelas rés não merecem acolhimento.

Quanto à legitimidade passiva ad causam da primeira, encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção (ressalvo que a espécie vertente concerne a vício do produto, pelo que não se aplicam as regras dos arts. 12 e 13 do mesmo diploma legal, voltadas a situações de defeito), pouco importando a identificação do fabricante.

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

É óbvio, como decorrência da solidariedade, que poderá o comerciante acionado para a reparação dos vícios no produto *“exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante” (ZELMO DENARI in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223), de sorte que não se cogita da aplicação do art. 14, § 3º, inc. II, do mesmo diploma legal.*

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Já a legitimidade passiva ad causam da segunda ré deriva de sua condição de fabricante da mercadoria trazida à colação.

Tal circunstância basta para que essa ré ostente possibilidade de figurar no polo passivo da relação processual, pouco importando a existência de garantia estendida contratada pela autora.

Essa poderia até demandar contra a seguradora, mas isso não eximiria a responsabilidade da ré pelo vício do produto que fabricou.

Nem se diga que ela não foi informada dos fatos noticiados pela autora ou que o produto não foi encaminhado para assistência técnica autorizada pela mesma.

O relato de fl. 01 deixa claro que por ocasião do surgimento do vício a autora manteve contato com a primeira ré, a qual se incumbiu de levar o produto à assistência técnica.

Esse cenário (não refutado em momento algum) evidencia que a autora obrou com as cautelas que lhe eram exigíveis, de sorte que a ré não poderá transferir a quem quer que seja a obrigação a seu cargo.

A realização de perícia, por fim, é prescindível à decisão da causa, como adiante se verá.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mérito, os fatos articulados pela autora estão satisfatoriamente comprovados nos autos.

É incontroversa a compra do televisor (fl. 02), a exemplo de seu encaminhamento à assistência técnica em face de estar com a "*imagem tremendo*" (fl. 04).

É incontroverso igualmente que essa questão não foi sanada, porquanto a certidão de fl. 57 deixou claro que o vício persistiu (essa certidão deu conta de que após alguns segundos de funcionamento regular a imagem do televisor começa a tremer e fica defeituosa, até desaparecer em seguida juntamente com os sons).

Nota-se, portanto, que precisamente o que rendeu ensejo ao primeiro encaminhamento do produto à assistência técnica foi o que se constatou a fl. 57, o que impõe a conclusão de que ele não foi reparado no trintídio.

É o que basta à incidência ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, fazendo jus a autora à substituição do aparelho.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar as rés a substituírem o produto tratado nos autos por outro da mesma espécie ou outra superior (sem ônus à autora nesse caso), em perfeitas condições de uso, no prazo de dez dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 3.000,00.

Transitada em julgado, intimem-se as rés pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Cumprida a obrigação, a ré que o fizer terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra em posse da autora, incumbindo a esta, em caso de inércia, dar a ele a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**